



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA²

ESTADO DE SÃO PAULO

✱ Parágrafo 2º - Os membros efetivos e suplentes do Poder Público, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

II - Quatro (4) representantes titulares e quatro (4) representantes suplentes da Sociedade Civil, dentre eles, representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio.

Parágrafo único - Somente será admitido a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Artigo 4º - O Exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 5º - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Artigo 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas básicas:

- I - plenário como órgão de deliberação máxima
- II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Artigo 7º - A Prefeitura Municipal de Ribeira dará as condições necessárias para o funcionamento do CMAS.

Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades objetivando um melhor desempenho de suas funções.

Artigo 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e as resoluções serão amplamente divulgadas.

CAPÍTULO III

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Artigo 10º - O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS é um instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de seguridade e Assistência Social.

Artigo 11º - Constituirá receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

- I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social.
- II - Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício.
- III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais.
- IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei.
- V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito por força da lei e de convênios no setor